

A Indústria do Voto em São Borja ¹

Jeferson Moroni Martins BALBUENO²
Rosana da Silva dos ANJOS³

Resumo

O presente trabalho relata as fases de uma construção noticiosa, realizada por ocasião da disciplina de Laboratório de Jornalismo Impresso II, do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa. O produto final deste trabalho consiste em uma reportagem investigativa e interpretativa sobre o esquema de compra e venda de votos na campanha eleitoral das eleições municipais de São Borja/RS. A reportagem relata como funciona o esquema, quem são seus personagens e de onde parte a iniciativa que se configura como crime eleitoral.

Palavras-chave: Jornalismo investigativo; Impresso; Eleições; Compra de votos; Ficha limpa.

Introdução

O trabalho aqui apresentado resulta da investigação jornalística de um tema polêmico e pertinente à sociedade, tanto a que foi objeto de estudo – o município de São Borja/RS, como a todas as que são regidas pelo regime democrático e sujeitas ao voto popular. A compra de votos, uma prática corriqueira a cada eleição, é um ato criminoso, passível de punição perante a lei número 4.737/65, sob a seguinte norma:

Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita: Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa (**Art. 299**, Lei da compra de Voto – **TSE**).

Além das punições previstas na Lei de compra de voto, o candidato ainda é enquadrado na Lei da Ficha Limpa, ficando impossibilitado de candidatar-se por determinado período, caso seja condenado.

Por corresponder à sua função social de “sentinela da consciência”, termo sugerido por Bethell (1977, apud GLASSER e ETEMA, 1991), o jornalismo foi designado por Lord

¹ Trabalho submetido ao XX Prêmio Expocom 2013, na Categoria Jornalismo, modalidade JO 08 - Reportagem em Jornalismo Impresso (avulso), orientado pelo professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo, Leandro Ramires Comasseto. E-mail: leandrocomas@hotmail.com.

² Aluno Líder do grupo e discente do 4º semestre do Curso de Jornalismo. E-mail: jefersonb05@gmail.com.

³ Aluna do 4º semestre do Curso de Jornalismo. E-mail: rosana_sanjos@hotmail.com.

Macaulay como o Quarto Poder, em 1828, devido a sua força política e fiscalizadora dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Um pouco disso deve-se a jornalistas que investigaram crimes políticos e outros aspectos relevantes para a sociedade, a fim de trazer à tona assuntos de interesse público. Um dos casos mais notáveis de jornalismo investigativo ocorreu em 1972, o que acabou levando à renúncia do ex-presidente americano Richard Nixon. Trata-se do caso Watergate. Os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein passaram vários meses ouvindo pessoas, lendo documentos e seguindo pistas para descobrir fatos sobre um assalto ao Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, em Washington D.C, capital dos Estados Unidos. Os repórteres descobriram que o Presidente Richard Nixon estava ligado ao crime. Ao publicarem as informações, gerou-se um escândalo político que acabou acarretando a renúncia de um dos homens mais poderosos do planeta.

Siqueira (2005, p. 66) afirma que “a terminologia ‘jornalismo Investigativo’ ainda não foi introduzida nas redações brasileiras, pelo menos nas dos veículos impressos”. O que caracteriza o fato de que, no Brasil, o jornalismo investigativo é pouco trabalhado. Desde o início da ditadura, com a tomada do poder pelos militares, a imprensa vive um ‘engessamento’ na sua construção noticiosa, com exceção das primeiras veiculações investigativas no periódico *O Estado de São Paulo*, intituladas “*Assim vivem nossos superfuncionários*”, que mostravam as regalias de ministros e altos funcionários em Brasília e demais capitais federais durante o Regime Militar. Além disso, a prática adotada no Brasil difere da dos demais métodos, em função de atitudes tomadas pelos próprios jornalistas. Ainda segundo o autor:

[...] o jornalismo investigativo é uma categoria que emergiu com a transformação das empresas jornalísticas em indústrias da comunicação, quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal. [...] O jornalismo investigativo não se diferencia do jornalismo interpretativo pelo formato do texto ou pela apresentação gráfica da reportagem, mas pelo processo de trabalho do profissional, pelas estratégias que ele utiliza na fase de apuração (SIQUEIRA, p. 62, 2005).

O jornalismo investigativo no Brasil tem controvérsias em sua execução. As dificuldades são diversas, desde a não cooperação dos envolvidos até a abordagem factual de apenas um dos lados.

Objetivo

O trabalho em questão tem por objetivo o relato de uma reportagem investigativa e interpretativa, com a finalidade de trazer a público o esquema da compra de votos e crimes similares em eleições municipais, mais especificamente no município de São Borja durante o período destinado à campanha eleitoral de 2012.

Parte-se do pressuposto construído por Guiardo (2004, p.16), que assim interpreta o pensamento de Santaella sobre o desvendar dos fatos sociais:

A tradução da realidade exige desse profissional ‘algo mais além da técnica’. O jornalista não é apenas aquele que escreve, ou que configura mensagens, mas, como muito bem afirma Lúcia Santaella, é ‘aquele que, para tal, deve ser não um espectador impessoal, mas um decodificador de fatos, isto é, o leitor da trama (linguagem) do real’. Preenche a função social de ensinar a ler mosaicamente o mundo.

É nessa perspectiva que o trabalho apresentado foi redigido e construído. Com a intenção de traduzir e denunciar ao leitor fatos que, muitas vezes, tem sua característica criminosa ocultada pela prática cotidiana. Cumpre a função social da profissão de levar a público questões de interesse comum e que dizem respeito ao funcionamento da sociedade.

Justificativa

Sendo a política um dos fundamentos da democracia, uma reportagem que elucida a captação ilícita de sufrágio torna-se de suma importância para a sociedade. Assim há um grande interesse público sobre o assunto. Os leitores da reportagem devem refletir sobre a amplitude do ato de votar. Trabalhar uma questão dessas em um veículo de comunicação é importante para fomentar o assunto e instigar as pessoas a pensarem eticamente. O jornalismo, afinal, tem o papel maior de esclarecimento da sociedade e de fortalecimento da opinião pública.

Conforme Bucci (2008 p.215-216), reza o Código de Ética do Jornalismo, na seção que dá conta da conduta do profissional, que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (art. 7). E é dever do jornalista “divulgar todos os fatos que sejam de interesse público” (...) e “combater e denunciar todas as formas de corrupção” (art. 9).

Métodos e Técnicas Utilizados

O principal método utilizado na apuração da pauta foi a investigação e, daí decorrentes, as entrevistas.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização das vozes e à distribuição democrática da informação (MEDINA, 2000, p. 08).

De acordo com os estudos de Nilson Lage, as entrevistas recebem várias classificações. Dependendo do objetivo, ela pode ser considerada como: a) ritual; b) temática; c) testemunhal; d) em profundidade. No caso da reportagem em questão, as entrevistas com os eleitores podem ser classificadas como entrevistas **testemunhais**, por revelarem e esclarecerem o problema em questão.

Testemunhal - trata-se do relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou a que ele assistiu. A reconstituição do evento é feita, aí, do ponto de vista particular do entrevistado, que, usualmente, acrescenta suas próprias interpretações. Em geral, esse tipo de depoimento não se limita a episódios em que o entrevistado se envolveu diretamente, mas inclui informações a que teve acesso e impressões subjetivas (LAGE.2011p.75).

Algumas entrevistas também podem ser classificadas como **temáticas**, na reportagem relacionada a este trabalho. É o caso da professora e cientista política entrevistada para falar dessa prática perniciosa da política brasileira. A entrevistada possui autoridade para falar de política. De acordo com Lage (2011, p.74), uma entrevista temática:

(...) aborda um tema sobre o qual se supõe que o entrevistado tenha condições e autoridade para discorrer. Geralmente consiste na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos. Pode servir para ajudar na compreensão de um problema, expor um ponto de vista, reiterar uma linha editorial como argumento de autoridade (a validação pelo entrevistado) etc.

Um exemplo da importância de sua entrevista é quando ela afirma que compra de votos não pode ser considerada “cultura”, mesmo sendo uma prática recorrente. Ela, enquanto cientista política, tem autoridade para fazer tal afirmação e desmistificar qualquer tipo de senso comum a respeito do assunto.

Quanto às circunstâncias em que as entrevistas ocorrem, elas podem ser classificadas como: a) ocasionais; b) confronto; c) coletiva; d) dialogal.

Na apuração da reportagem, as circunstâncias em que as entrevistas ocorreram podem todas ser classificadas como **dialogais**, na definição de Lage (2011, p.77):

(...) é a entrevista por excelência. Marcada com antecedência, reúne, entrevistado e entrevistador e ambiente controlado – sentados, em geral, e, de preferência, sem interveniência de um aparato (como uma mesa de escritório) capaz de estabelecer hierarquia (quem se senta diante das gavetas da mesa assume, de certa forma, posição de mando). Entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento de detalhamento dos pontos abordados.

Há um ponto muito importante a tratar no que se refere à ética profissional e que é típica do jornalismo investigativo. Os eleitores entrevistados tiveram suas identidades protegidas com o intuito de evitar possíveis ameaças ou retaliações. A prática é respaldada pelo Código de Ética dos Jornalistas no Artigo 5º, ao declarar que “É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”. Optou-se também por proteger a identidade dos eleitores em respeito a sua decisão de falar, apenas, se seu nome verdadeiro não fosse publicado. Mesmo assim, todos concordaram em declarar seus verdadeiros nomes, profissões e idade, durante as gravações, desde que essas informações não viessem a público.

Descrição do produto ou processo

A reportagem foi elaborada durante os meses de outubro e novembro de 2012, após as eleições municipais. Durante a campanha ficou evidente para muitas pessoas que alguns candidatos a vereador competiam de forma desleal e ilegal. Muitos empresários e candidatos captaram sufrágio de uma maneira considerada ilícita. Apesar disso, muitos eleitores pareciam não se importar e/ou não entender a gravidade da situação. Por isso, a reportagem tomou o cuidado de mostrar o lado dos eleitores e não dos candidatos. Visto que se tornou inviável, também, conseguir o depoimento, mesmo em off, dos próprios candidatos sobre os crimes que cometeram.

Foram utilizados personagens reais para escrever a matéria, porém suas identidades foram protegidas por nomes fictícios. Seguros da preservação de sua identidade, os eleitores sentiram-se mais à vontade para relatar o ocorrido. Informaram os benefícios recebidos, a

promessa de venda de voto para mais de um candidato, suas motivações e expectativas de conseguir um emprego através da venda.

Os primeiros entrevistados foram um homem e uma mulher, conhecidos na reportagem como “Tiago” e “Michele”, ambos falaram sobre seu envolvimento na campanha de quatro candidatos a vereador. O casal recebeu inúmeras ofertas dos candidatos, mas votaram naquele que fez uma oferta de emprego (oferta mais desejada por muitos eleitores). Eles também indicaram outra pessoa que poderia contribuir para a apuração, que na reportagem ficou conhecido apenas como “José”. Este já tinha sido candidato em eleições anteriores e atualmente é presidente da associação de moradores de um determinado bairro de São Borja. José já conhecia amplamente o esquema, por isso seu depoimento foi essencial à compreensão do problema. Outra entrevistada foi uma doméstica, conhecida na reportagem como “Maria”, moradora de um bairro com alto índice de moradores em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, tem um filho deficiente e não concluiu o ensino fundamental. Maria vende votos há muitos anos devido aos gastos com seu filho que o seu baixo salário não cobre. Assim, ela aceita a ajuda para reformas na casa, pagamentos de água e luz, cestas básicas e assim por diante. Ela serve como exemplo de pessoa que aceita a corrupção por necessidade e não por ser especificamente uma pessoa desonesta.

Depois de mencionar o comportamento dos eleitores, a cientista política Ângela Quintanilha, professora da Universidade Federal do Pampa, analisou a questão da compra de votos e refletiu sobre o fortalecimento da democracia no país. Ela citou, como exemplo, a lei da Ficha Limpa, uma demanda partida da própria sociedade.

Assim, a reportagem pretendeu levar o leitor a pensar que, no futuro, os crimes eleitorais podem se tornar algo mais condenável pela população, apesar de que muitas outras questões estão associadas à prática de captação ilícita de sufrágio.

Ao todo foram sete entrevistados, alguns com participação rápida e outros com participação essencial. A produção do texto acontecia logo depois que a entrevista era gravada. Quando todos os participantes da reportagem fizeram seus relatos, suas histórias foram colocadas numa ordem lógica: a) quem vende votos; b) como funciona o esquema; c) o que isso representa para a democracia de modo geral. Para explicar com mais clareza o problema, a reportagem traz, ainda, um infográfico mostrando como funcionam os esquemas de compra de votos e um box informativo, situando o leitor sobre a lei da Ficha Limpa e as ações da mesma.

Após essa fase, o texto passou por correções e adaptações para preencher seis laudas na diagramação. O limite de seis laudas era uma das exigências da atividade da disciplina de Laboratório de Jornalismo Impresso II. Para o título da reportagem foi utilizada a fonte *Impact*. Cada página dividia o texto em três colunas, a fonte utilizada para o corpo do texto era *Perpetua*, tamanho 12.

Considerações

“*A Indústria do Voto em São Borja*” possui características de jornalismo investigativo e interpretativo. Aborda um tema polêmico e pertinente para a sociedade. Mostra como um esquema de corrupção funciona e, principalmente, o que os eleitores participantes pensam disso.

A pauta exigiu muita cautela para ser apurada. Muitos dos entrevistados demonstraram certa desconfiança. Para entender as dificuldades, deve-se levar em consideração um pouco da cultura política local. São Borja gerou muitos políticos proeminentes, desde Getúlio Vargas e João Goulart, ex-presidentes do Brasil, assim como Tarso Genro, atual governador do Estado e ex-ministro da Justiça. Embora aconteçam muitos crimes nas eleições, sempre houve um esforço geral para manter a imagem da política imaculada. Assim, a reportagem certamente não seria bem-vinda para muitos grupos organizados na cidade.

Caso tivesse sido veiculada, a reportagem teria, certamente, causado uma discussão importante para o amadurecimento da verdadeira consciência política. Essa era a principal expectativa ao ser colocada em questão a eleição de 2012.

Referências Bibliográficas

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CÓDIGO ELEITORAL disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965#5-tit4-cap2>>. Acesso em: 03/04/2013.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIARDO, M. C. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

MEDINA, C. A. **Entrevista: O diálogo possível.** São Paulo: Ártica, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Produção de linguagem e ideologia.** São Paulo: Cortez, 1980.

SIQUEIRA, C. M. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia.** São Paulo: Summus, 2005.